

IDEIAS LINGÜÍSTICO/FILOSÓFICAS DE CONCEITUAÇÃO DE SUBSTANTIVOS E ADJETIVOS

Antonio Cilirio da Silva Neto (UFT)

cilirio@bol.com.br

Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira (UFT)

luizpeel@uft.edu.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar uma história de ideias linguísticas e filosóficas de conceituação dos “nomes” substantivo e adjetivo para alunos, professores e estudiosos que se interessam pelo ensino da língua portuguesa; portanto, um processo de descoberta e de representações do mundo por meio da língua e da linguagem (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017). Estabelecemos perspectivas para a compreensão da normatividade gramatical dos substantivos e adjetivos observados nos teóricos brasileiros e portugueses. Afirmamos que, o uso da linguagem gramatical, como forma dinâmica do jogo, precisa considerar os elementos histórico-sociais na construção e na enunciação dos códigos linguísticos, por isso fizemos referência ao tratado nas gramáticas e na história das ideias linguísticas. Urge, para esse esforço, a recuperação das noções de normatividade, de jogo e de gramática, fundados em Gadamer (1985). Como ponto de partida metodológico nos fiamos em pesquisas de descrição, análise e reflexão que estão direcionados às investigações de cunho filosófico. Apresentamos encaminhamentos que se entrelaçam no ensino do nome substantivo e adjetivo com as considerações linguísticas e filosóficas que estreitam a relação do falante com a língua e a experiência de manipular e aplicar sua normatividade de maneira significativa.

Palavras-chave:

Língua/Linguagem. Filosofia da Linguagem.

Conceituação de substantivo e adjetivo.

ABSTRACT

This article aims to present a history of linguistic and philosophical ideas of conceptualization of nouns and adjectives to students, teachers and scholars who are interested in teaching the Portuguese language; therefore, a process of discovery and representations of the world through speech and language (COLOMBAT, FOURNIER; PUECH, 2017). We establish perspectives for the comprehension of the grammatical normativity of the nouns and adjectives observed in the Brazilian and Portuguese theorists. We affirm that the use of grammatical language as a dynamic form of play needs to consider the social-historical elements in the construction and enunciation of language codes, so we have referred to the treatise in the grammars and history of linguistic ideas. Urging, for this effort, the recovery of the notions of normativity, game and grammar, founded in Gadamer (1985). As a methodological point of departure we rely on description, analysis and reflection that are directed to philosophical investigations. We present guidelines that intertwine in the teaching of the noun and adjective with the linguistic and philosophical considerations that narrow the relation of the speaker

Keywords:

**Speech/Language. Philosophy of Language.
Conceptualization of nouns and adjective.**

1. Introdução

Expor uma história das ideias linguísticas e filosófico-gramaticais de conceituação dos “nomes” substantivo e adjetivo requer, segundo Colombat, Fournier e Puech (2017), sabermos que *onoma* e *rhema* não constituíram um par homogêneo e complementar. Eles foram instrumentos de duas análises diferentes, uma da nomenclatura e a outra do enunciado, *rhema* podendo ser aplicado a outra coisa diferente de um verbo, e o verbo inserido em uma nomenclatura podendo ser considerado um *onoma*, e *onoma* podendo ser traduzido tanto por “palavras” quanto por “nome”, ou ainda que um adjetivo pode ser classificado entre os *rhemata* (as palavras no interior de enunciado completo).

Dessa forma, Colombat, Fournier e Puech trazem a tradução de Baratin e Desbordes (1981), sobre a compreensão do *onoma* e *rhema*, para eles diante do esquecimento ou dá má compreensão dos textos originais, resultaram os mal-entendidos e as contradições nos textos linguísticos dos dois últimos séculos, o que ficou estabelecido na tradição gramatical não é o par sujeito/predicado, mas a oposição verbo-nominal. Para os estóicos, a tradição tomou uma forma tripartida: **nome comum** (“elemento do enunciado que significa uma característica comum a muitos seres”, por exemplo, homem, cavalo), **nome próprio** (“elemento do enunciado que significa uma característica própria”, por exemplo, Diógenes, Sócrates) e **verbo** (“elemento do enunciado do qual o significado constitui um predicado independentemente de toda combinação” ou “elemento do enunciado, desprovido de caso, do qual o significado constitui uma combinação em que um ser ao menos se encontra concernido”, por exemplo, *graphō*, “eu escrevo”, *lego* “eu leio” (2017, p. 94).

Coadunamente, para esses autores e para Oliveira (2011), foi a oposição binária entre nome e verbo que se impôs. Para Dionísio, o Trácio, século I a.C, fundador da gramática grega, o nome é uma parte da frase com caso que designa um corpo ou uma ação, que se emprega com valor comum ou particular. Para Donato, século IV d.C, o mais eminente da gramática escolar latina “o nome é uma parte da frase com caso que

designa um corpo ou uma coisa [...] de modo particular ou comum”. Observamos que os dois conceitos tem definições iguais, mas o segundo é uma transcrição do primeiro, no entanto, para Dionísio “corpo ou ação” torna-se “corpo ou coisa” em Donato, o que representou modificações da doutrina e muitos comentários na Idade Média, segundo Grondeux (2003) citado por Colombat, Fournier e Puech (2017). Para Prisciano, representante da tradição latina, século VI d.C, o que houve foi que “o próprio do nome é designar a substância e a qualidade” / “o nome é uma parte da frase que assinala a cada um dos corpos ou das coisas tomadas por objeto uma qualidade própria ou comum” (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017, p. 94).

2. Ideias linguístico/filosóficas de conceituação de substantivos e adjetivos

As ideias linguístico – filosóficas de conceituação de substantivos e adjetivos nos levou a refletir que a linguagem às vezes destrói a correlação entre alguns grupos humanos ou não, mas concretizada nas línguas é uma maravilhosa invenção de que nos falam os filósofos e os linguistas. Dentre essas invenções temos a língua portuguesa (MIRA MATEUS; NASCIMENTO, 2005). Dessa forma, temos teorias linguísticas que são desenvolvidas a respeito da linguagem e de seus códigos linguísticos a partir de filósofos, lexicógrafos, gramaticógrafos e linguistas.

Diante desse posicionamento, algumas ideias linguísticas e filosóficas nos dizem que, o nome significando substância e qualidade modificaram-se na Idade Média com a criação no interior da classe nominal o par substantivo/adjetivo que vão se definir em termos de (de)nominação *versus* qualificação ou de substância e de acidente. Mais tarde, no século XVII, nas obras dos monges de Port-Royal, a *Nouvelle méthode latine* (1653) e na obra de Arnauld e Lancelot (1673), a *Grammaire générale et raisonnée*, nessa ordem, conceituaram nome como:

[...] uma palavra que serve para nomear ou para qualificar alguma coisa. Assim, há dois tipos de nome: o Substantivo e o Adjetivo. O Substantivo é aquele que significa a coisa e subsiste a ele mesmo na oração [...]. O Adjetivo é aquele que significa de que modo é a coisa, isso porque ele supõe sempre um substantivo ao qual ele se reporta;

[...]

“as palavras que significam os objetos do pensamento” e, entre esses, “aqueles que significam as substâncias foram chamados *nomes substantivos*, e aqueles que significam os acidentes, marcando o sujeito ao qual seus a-

Ulteriormente, conforme esses autores, com a divisão da categoria nominal em duas partes do discurso completamente independentes, na obra que é o arquétipo da gramática escolar, a de Lhomond (1781), traz o conceito de nome como uma palavra que serve para nomear uma pessoa ou uma coisa, como *Pedro, Paulo, Livro, Chapéu*; o adjetivo é uma palavra que juntamos ao nome para marcar a qualidade de uma pessoa ou de uma coisa, como *bom pai, boa mãe, livro bonito, bela imagem*.

Modernamente as ideias linguísticas e gramaticais que rondam os estudos do substantivo e do adjetivo ainda se divergem entre os estudiosos brasileiros. Portugal Raposo *et al.* (2013), na *Gramática do português*, volume I, nos mostram que a tradição gramatical clássica está complementada por resultados da investigação mais recente no âmbito da linguística contemporânea. Os autores dizem que:

[...] na Idade Média, tomou-se progressivamente consciência de que haviam diferenças entre nomes e adjetivos, e passaram a utilizar-se os termos “nome substantivo” e “nome adjetivo” para os distinguir. Quando os dois tipos de palavras passaram a ser reconhecidos como distintos, o termo “substantivo” foi então adotado por vários gramáticos para designar os nomes, especialmente na Península Ibérica, onde o termo continua a ser usado em muitas gramáticas portuguesas e espanholas. **Nesta gramática, a par de “nome”, usa-se também (indistintamente) o termo “substantivo” (por vezes pelo mesmo autor). No entanto, contrariamente a algumas gramáticas tradicionais, apenas consideramos como “substantivos” os nomes comuns, não os nomes próprios.** (RAPOSO, 2013, p. 328) (grifo do autor)

Seguidamente, o autor traz uma caracterização canônica dessas classes, de modo geral não conceitua o substantivo, mas especificamente conceitua “nomes comuns” e “nomes próprios” e adjetivos.

❖ Nomes comuns: palavras cujos elementos mais típicos denotam classes de entidades, concretas ou abstratas; caracterizam-se por ter um gênero intrínseco (masculino ou feminino – livro e mesa, respectivamente) e por variarem morfológicamente em número (casa, casas). São frequentemente precedidas por um especificador, quer quantificador (muitos livros) quer determinante (os livros).

❖ Nomes próprios: palavras que referem de maneira direta entidades particulares do mundo, de diversas categorias ontológicas (pessoas, lugares, entre outras coisas), não enquanto membros de uma classe (como os nomes comuns), mas através da sua individualização dentro da classe a que pertencem; em português são usualmente precedidas pelo determinante (artigo) definido: o Antonio, a Teresa, o Rossio.

❖ Adjetivos: palavras cujos elementos mais típicos denotam propriedades (materiais, abstratas, mentais, sociais, comportamentais, etc.) das coisas e dos seres; variam morfologicamente em gênero e número, concordando com o nome ao qual se aplicam; sintaticamente, podem combinar-se com o nome diretamente, dentro de um sintagma nominal (o chapéu branco) ou numa predicação, p.e., através da mediação de um verbo copulativo (o chapéu é branco). (RAPOSO, 2013, p. 328-29)

Na *Gramática do português*, volume II, Raposo e Veloso fundam o conceito de adjetivo como “uma classe de palavras que exprimem propriedades caracterizadoras das entidades do universo de discurso, linguisticamente representadas por nomes” (RAPOSO; VELOSO, 2013, p. 1359). Para eles, os adjetivos funcionam como **modificadores** do nome, combinam-se diretamente com ele e formam um **grupo nominal**, cujo núcleo é o nome modificado (bola vermelha, pesca fluvial, simpático professor), esse grupo nominal combina-se com um especificador para formar um sintagma nominal para designar e referir entidades particulares (RAPOSO; VELOSO, 2013, p. 1360).

No Brasil, os linguistas e gramáticos, ainda, não mostram uma unidade quanto aos conceitos dessas classes de palavras, ao passo que em Portugal já podemos observar uma unidade do ensino de língua materna do lado de lá.

Diante disso, buscamos no conceito de hermenêutica, em Gadamer (1985), um operar da história, um trabalho da história dessas duas classes de palavras. Desse modo, termos consciência histórica seria termos uma interpretação objetiva do passado para conferir novos sentidos no presente. No princípio filosófico de Gadamer seria um desenvolvimento de uma consciência adequada desse trabalho da história tomarmos consciência dos limites desse esclarecimento, através da: “a) consciência lapidada e trabalhada pela história; b) tomada de consciência desse ser-determinado e dos limites que ele impõe ao ideal de uma consciência inteiramente transparente a si mesma” (GRONDIN, 2012, p. 72). Seria levarmos a consciência a abrir-se à alteridade e à novas experiências.

Na linguagem, habita a hermenêutica com a pretensão de sustentar a universalidade, enfim, irmos além de um horizonte de uma reflexão sobre as ciências humanas para vir a ser uma reflexão filosófica universal sobre o caráter linguístico (GRONDIN, 2012). Caráter linguístico que para Mira Mateus *et al.* (2003) são definidas como “categorias linguísticas caracterizáveis semanticamente por terem um potencial de referência, isto é, por serem, em geral, utilizados numa situação concreta de comunicação, com uma função designatória ou de nomeação”, segundo Henri-

ques (2014, p. 66).

Mattoso Camara (1980) propõe a classificação dos vocábulos formais, substantivo como termo determinado e adjetivo como termo determinante de outro nome. Henriques (2014, p. 66) entende que a possibilidade de uma palavra, conforme sua posição no sintagma, ora substantivo, ora adjetivo, como no exemplo: *marinheiro brasileiro* e *brasileiro marinheiro*, poderia encerrar esse assunto, nesse critério funcional se um nome exerce a função de núcleo do sujeito se trata de um substantivo. Porém, isso não definirá, porque “povo” é 99% substantivo e “fácil” é 99% adjetivo, ou porque na expressão como “pobres operários” somente o contexto define se o substantivo é “pobres” ou se é “operários”, reconhecer qual está empregado subjetivamente, se seriam pobres que trabalham numa obra ou se operários dignos de pena.

Com esse posicionamento, compreendemos que a linguagem e a percepção estão ligadas e que há uma interdependência entre o pensamento humano e a linguagem, o papel da linguagem na percepção da criança se funda em elementos independentes, essas observações sugeriram para Vigotsky “que toda percepção humana consiste em percepções categorizadas em vez de isoladas” (VIGOTSKY, 2007, p. 24).

Por fim, as determinações e necessidades da aprendizagem dos substantivos e adjetivos, de maneira particular estão sujeitas a conhecimentos anteriores, e de certa forma, de tendências normativas, assim, as estruturas de aquisição estão em função de experiências, entendemos que, como diz Piaget e Grèco, segundo Lajonquière (2013, p. 101), as estruturas aprendidas resultam do encontro, da equilíbrio da aprendizagem em particular com o funcionamento da assimilação e acomodação dos sistemas cognitivos, ou seja, da aprendizagem de maneira geral e não só espontânea.

3. Considerações finais

Qual o motivo de mostrarmos uma breve e sumária história da categoria dos nomes substantivo e adjetivo? Talvez, ou simplesmente para mostrarmos que a evolução se fez em termos de modificação ou de ruptura mais nítida, então, quando os estudiosos passaram da simples designação à designação de substância e qualidade, eles introduziram uma mudança nessas classes de palavras.

Outro motivo é que no ensino do nome substantivo e adjetivo com

considerações linguísticas e filosóficas nos levam a estreitarmos a relação do falante com a língua e a experiência de manipular e aplicar sua normatividade de maneira significativa. Citemos por exemplo, que na tradição francesa o adjetivo só se tornou uma classe separada na gramática de Girard (1747) após doze séculos da introdução por Prisciano de substância e qualidade e cinco séculos depois da formalização medieval do par substantivo e adjetivo (cf. COLOMBAT; FOUNIER; PUECH, 2017).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 44. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

COLOMBAT, Bernard. FOURNIER, Jean-Marie. PUECH, Christian. *Uma história das ideias linguísticas*. Trad. de Jacqueline Léon, Marli Quadros. São Paulo: Contexto, 2017.

GADAMER, Hans-Georg. *Hermenêutica em retrospectiva*. 2. ed. Trad. de Marco Antônio Casanova. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

_____. *A Atualidade do Belo: a arte como jogo, símbolo e festa*. Tradução de Celeste Aida Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

GRONDIN, Jean. *Hermenêutica*. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2012.

HENRIQUES, Cláudio. Cézar. *Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Parábola, 2009.

_____. *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

LAJONQUIÈRE, Leandro de. *De Piaget a Freud: para uma clínica do aprender*. 16. ed. rev. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

MIRA MATEUS, Maria. Helena. A mudança da língua portuguesa no espaço e no tempo. In: MIRA MATEUS, M. H.; NASCIMENTO, Fernanda Bacelar do (Orgs). *A língua portuguesa em mudança*. Lisboa-PT: Caminho, 2005.

OLIVEIRA, Luiz. Roberto Peel Furtado de. *A gramática de Dionísio Trácio e seus contrapontos semânticos*. Campo Grande: Oeste, 2011.

RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva. *Sintaxe e Semântica: classes de pala-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

vras e sua organização tipológica. In: RAPOSO *et al.* (Orgs). *Gramática do português*. Vol. I. Coimbra-PT: Edição Fundação Calouste Gulbenkian; Gráfica de Coimbra, 2013.

_____; VELOSO, Rita. Adjetivo e sintagma adjetival. In: RAPOSO *et al.* (Orgs). *Gramática do Português*, V. II. Coimbra-PT: Edição Fundação Calouste Gulbenkian; Gráfica de Coimbra, 2013.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. *A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Trad. de Michael Cole *et al.* (Org.); José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.